

Os jornalistas como “comunidade interpretativa transnacional”

Cristina Ponte¹

Resumo

Este artigo explora o conceito dos jornalistas como comunidade interpretativa (Zelizer, 1993), transnacional (Traquina, 2002), com base numa pesquisa comparada de jornais de 13 países europeus (outubro-novembro de 2007), realizada no âmbito do Projecto EU Kids Online. Incidindo sobre critérios de seleção e de apresentação de notícias sobre crianças e internet², identificam-se narrativas comuns e assinalam-se particularidades da cobertura nacional. Em especial, os modos como dois acontecimentos internacionais foram enquadrados e noticiados permite constatar que, apesar das singularidades locais, existe e manifesta-se uma cultura comum nas formas de enquadrar riscos e oportunidades da internet na vida de crianças, a que não é alheia também uma escassa atenção aos direitos comunicacionais consignados pela Convenção dos Direitos da Criança, de 1989.

Palavras-chave:

Jornalismo comparado, Comunidade interpretativa transnacional, Crianças e internet, EU Kids Online

Journalists as a transnational interpretative community

Abstract

Based on a comparative research on newspapers from 13 European countries, this paper explores the concept of journalists as a “transnational interpretative community” (Zelizer, 1993; Traquina, 2002). Conducted by the EU Kids Online network, a two-month media analysis (October-November 2007) was focused on news involving children and the internet. This comparison identifies particularities of national coverage, on the one hand, and shared cross-national narratives, on the one hand, these being particularly visible in the news coverage of two international events covered by almost all papers. A shared culture is therefore visible in the ways journalists frame risks and opportunities experienced by children online, not apart from the scarcity of attention to the communicative rights expressed by the UN Convention on the Rights of the Child.

Key words:

Comparative journalism, Interpretative community, Children and the internet, EU Kids Online

Sobre a autora

Cristina Ponte é doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, onde leciona no Departamento de Ciências da Comunicação desde 1997.
ponte.cristina@gmail.com

Jornalistas como comunidades interpretativas

Neste artigo, pretendemos testar o conceito de “comunidade interpretativa transnacional”, na verificação desta cultura no que se refere aos modos como recortam eventos e apresentam as respectivas peças noticiosas, em jornais de países geograficamente próximos mas com significativas diferenças culturais. Ao fazê-lo, estamos a incidir na dimensão comparada do estudo do jornalismo centrada nas *notícias* e nas suas *narrativas*, diferente da centrada nos sistemas mediáticos nacionais e nos modos como marcam o jornalismo de cada país (por exemplo, Hallin e Mancini, 2004).

O conceito de comunidade interpretativa lançado por Zelizer (1993) acentua um olhar sobre os jornalistas que se diferencia da visão profissional sobre a sua atividade, ao sublinhar a coesão com que manifestam uma cultura comum nas formas de apreciação das ações do presente, cultura essa que se realiza no processo noticioso³. Essa cultura traduz-se por *performances*, rituais e narrativas comuns, aprendidas no ambiente das redações, onde adquirem três tipos de conhecimento: 1) *saberes de reconhecimento*, como situar jornalisticamente um evento; 2) *saberes de procedimento*, como desenvolver um tema, que fontes ouvir, que métodos usar para contactar e interrogar fontes, como gerir o tempo; e 3) *saberes de narração*, como apresentar fatos de uma forma jornalística sustentada (Ericson, Baranek e Chan, 1989). Zelizer destaca igualmente que importa dar atenção não só aos “modos como os jornalistas atribuíram a si próprios o poder de interpretação” mas também à repetição do mesmo esquema narrativo, que “pode ter tanto a ver com a coesão entre os jornalistas quanto com a compreensão das audiências ou o reforço das mensagens” (Zelizer, 1993: 36).

O conceito identifica ainda a importância de imaginários comuns referentes aos enquadramentos interpretativos mobilizados na *tradução* jornalística da experiência por relações de comunicabilidade com o auditório. Zelizer (1993: 40-42) distingue dois modos de como os jornalistas se atribuem o poder de interpretação: o modo local e o “modo durativo”. Enquanto o primeiro assenta em pontos de vista específicos e particulares, com marcadores de autoridade que derivam da presença do jornalista nos acontecimentos reportando-os diretamente, o segundo é marcado por um tipo de “autoridade cultural” que permite aos jornalistas compensarem a sua ausência direta dos acontecimentos que reportam e que os legitima a invocarem ocorrências do passado e a integrarem-nas em narrativas do presente. Assim, exemplifica, a cobertura da guerra do Vietnã torna-se parte de um discurso mais amplo sobre a reportagem de guerra ou a cobertura do assassinato de Kennedy torna-se representativa dos problemas associados à transmissão televisiva direta.

¹ A autora agradece a colaboração de Joke Bauwens e Giovanna Mascheroni, na escrita de um capítulo comum (Ponte, C., Bauwens, J., & Mascheroni, G. (no prelo). *Young People and Internet in the News: Agency, Voices and Agendas*. In S. Livingstone & L. Haddon (Eds.), *Children Online: Opportunities and Risks*. London: Policy Press. Ainda que incida sobre o mesmo corpus, o artigo aqui presente segue um enquadramento teórico diferente, focado nos processos jornalísticos.

² A designação *Criança* é usada em sentido amplo, como indivíduo menor de 18 anos, como referido na Convenção dos Direitos da Criança; engloba *crianças e adolescentes*.

³ No livro *Para entender as notícias, linhas de análise do discurso jornalístico* (Florianópolis: Insular, 2005), apresento e comento este conceito (pp.119-150).

Por sua vez, Kitzinger (2000) refere como certos enquadramentos associados a acontecimentos traumáticos progrediram até se tornarem *moldes mediáticos*⁴, com um olhar mais rígido e acentuado, que convoca a história passada. No campo da infância, o *caso Bulger* (a morte de uma criança de dois anos, provocada por dois rapazes de 10 anos) ocorrido em 1993 no Reino Unido, ou o *caso Dutroux* (sequestro, abuso sexual e morte de crianças e adolescentes) na Bélgica, em 1996, tornaram-se moldes respectivamente para enquadrar histórias de condutas agressivas de crianças e crianças vítimas de violência sexual e pedofilia. Como refere a autora, usados de forma rotineira para sublinhar uma perspectiva, estes moldes são recursos retóricos que ajudam jornalistas e audiências a darem sentido a novas histórias, são instrumentais na configuração das narrativas em torno de problemas sociais particulares e orientam a discussão pública não apenas sobre o passado mas também sobre o presente e futuro.

Nesta linha, vamos olhar a interpretação cultural sobre crianças e internet na perspectiva de que a sua cobertura não pode ser dissociada do discurso perene sobre os efeitos negativos dos *media* nas crianças, dos *comics* ao cinema, da televisão à internet (Murdock, 1997; Drotner, 1999). Seja porque se considera que afecta a inocência dos mais novos, ou que desencadeia processos de imitação e de exibição do irracional, desde o século XIX que nas notícias sobre crianças e mídia se encontra a reverberação do mesmo receio pelo que possa acontecer de maléfico à criança quando acede a jornais, “livros de quadrinhos”, filmes, televisão ou jogos eletrônicos (“causa” muito apontada no caso Bulger).

Pretendemos verificar essa interpretação comum, notando se há semelhanças e diferenças nas escolhas do que noticiar nos países do norte e do sul europeu, entre culturas latinas, anglo-saxónicas ou escandinavas. Um outro propósito é a exploração da tensão entre o (novo) enquadramento das crianças pelo lado dos seus direitos de cidadania, entre eles os de comunicação, na sequência da Convenção dos Direitos da Criança⁵, e enquadramentos que as configuram como imaturas, inexperientes, incompletas, como *menores*. Embora quase todos os países do mundo tenham ratificado a Convenção, as ideias dominantes nos discursos públicos sobre a periculosidade associada à infância e adolescência continuam a projectar e a alimentar ansiedades de adultos e, não por acaso, têm-se traduzido em vagas sucessivas de medos. No que se refere à internet, os adultos enfrentam situações algo novas: com as crianças a explorarem a rede pelos seus meios, jogando, conversando e viajando, e a escaparem ao seu controle, não só os adultos se sentem “de fora” dessa relação, como são desafiadas as relações sociais de poder (Drotner, 1999).

⁴*Media templates* no original.

⁵ Entre os vários Artigos que apontam esses direitos de participação, destacamos o de ser ouvida sobre questões que lhe respeitem (Artigo 12º), o de livremente procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie (apenas restrito ao respeito pelos outros e à segurança nacional), como aponta o Artigo 13º.

O contexto e as condições do estudo

Este estudo comparado decorre do Projecto EU Kids Online, liderado por Sonia Livingstone e que envolve investigadores de 21 países europeus. Para identificar discursos públicos, foi realizada uma análise de imprensa de dois meses (outubro e novembro de 2007) sobre jornais com diferentes perfis (de referência ou de perfil mais popular; jornais regionais; imprensa especializada) em 14 países da rede⁶ e da qual apresentamos resultados a discutir na perspectiva da “comunidade interpretativa transnacional”.

A análise de conteúdo incidiu sobre categorias como a frequência das peças, a sua origem, a localização do evento (nacional, internacional), as vozes em presença, e em categorias temáticas focalizadas nos riscos e oportunidades da internet, decorrentes do enquadramento teórico do projeto. Este considera que a relação das crianças (como as de qualquer sujeito) com a internet deve ter em conta a posição social ativada: a criança enquanto *receptor* de conteúdos disponíveis na rede; enquanto *participante* em trocas comunicacionais de iniciativa de outros; e enquanto *ator*, com iniciativa na produção de conteúdos ou no estabelecimento de contatos, a sublinhar a sua *agência*. Tomando em conta estas posições, os riscos e oportunidades na internet foram sistematizados nos Quadros I e II, a que se junta o risco transversal da adição. Será analisando os eventos noticiados à luz destes quadros que identificamos o que, da experiência on-line, é agendado e silenciado nas notícias.

Quadro I: Riscos na relação on-line

Riscos	Comerciais	Agressões	Sexuais	Valores anti-sociais
Foco: Conteúdos Criança como recipiente, receptor	Publicidade, spam, patrocínios, envio de dados pessoais	Conteúdo violento e incitação ao ódio	Conteúdos pornográficos	Conselhos racistas e enganadores
Foco: Contatos Criança como participante	Alvo de pressão pela publicidade, caça a dados pessoais	Alvo de <i>bullying</i> , assédio, devassa	Encontros com estranhos, ser seduzido	Receber ofensas pessoais, persuasão indesejada
Foco: Conduta Criança como actor	Pirataria, <i>downloads</i> ilegais	<i>Bullying</i> , assediar devassar intimidade dos outros	Criar e distribuir pornografia	Fornecer informação e conselhos enganadores

Fonte: Hasebrink et. al (2007)

Quadro II: Oportunidades na relação on-line

Oportunidades	Aprendizagem	Participação cívica	Criatividade	Identidade e laços sociais
Foco: Conteúdo Criança como recipiente	Websites de apoio a aprendizagens	Websites de apoio à participação	Websites que estimulam a criatividade	Informação sobre saúde, valores, relações sociais

⁶O estudo realizou-se na Áustria, Alemanha, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Estónia, Grécia, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal e Reino Unido. No artigo, excluímos a Bulgária pelo baixo número de peças (9) e critérios de recolha (*clipping*).

Foco: Contatos Criança como participante	Contatos que estimulam aprender em conjunto	Contatos que facilitam a participação	Contatos que estimulam a criatividade	Plataformas e redes de partilha de interesses, comunidades
Foco: Conduta Criança como ator	Formas de aprendizagem iniciadas pela criança	Formas de participação iniciadas pela criança	Exercício da criatividade no on-line	Iniciar comunicação sobre questões relevantes

Fonte: Hasebrink et. al (2007)

A confirmar os *saberes de reconhecimento* desta comunidade, nas 1055 peças de 51 jornais analisados, confirmou-se o valor dominante das *bad news* sobre riscos e, dentro destes, a hegemonia de tópicos que reproduzem moldes mediáticos no que se refere a crianças: condutas agressivas, por um lado, vítimas de conteúdos e contactos sexuais, por outro.

Nos vários países, existem diferentes sistemas mediáticos: enquanto no Reino Unido e países nórdicos a imprensa se bipolariza entre os jornais “sérios” e os “tablóides”, em países do sul estes têm menor expressão; também jornais de cariz regional ou especializados têm uma agenda de matérias e recorrem a fontes/vozes mais marcadas pela proximidade. Porque seria perigoso olhar os resultados de cada país a partir da massa dos seus artigos, fixamos a atenção num único tipo de jornais, os “jornais de referência”, lidos pelas elites decisoras. Assim, para efeitos desta análise foi seleccionado em cada país o jornal de referência que mais peças apresentou nas oito semanas, patente no Quadro III.

Quadro III: Jornais, frequência e nº de peças (outubro-novembro de 2007)

País	Jornal	Nº Dias	Nº Peças
Espanha	<i>El Pais</i>	36	50
Estónia	<i>Postimees</i>	30	52
Noruega	<i>Aftenposten</i>	23	37
Áustria	<i>Standard</i>	20	28
Itália	<i>Corriere de la Sera</i>	20	30
Eslovênia	<i>Dnevnik</i>	18	21
Alemanha	<i>Frankfurt Allgemeine Zeitung</i>	17	22
Irlanda	<i>Irish Times</i>	17	25
Bélgica (Flandres)	<i>De Standaard</i>	16	24
Portugal	<i>Público</i>	14	19
Reino Unido	<i>The Independent</i>	12	12
Grécia	<i>Kathimerini</i>	9	11
Dinamarca	<i>Jyllands Posten</i>	3	3
Total			334

Se os jornais da Espanha e da Estónia lideram destacados em frequência e peças, e os da Grécia, Reino Unido e Dinamarca (sobretudo este) publicaram muito pouco sobre o assunto nos dois

Confirmou-se o valor dominante das *bad news* sobre riscos e, dentro destes, a hegemonia de tópicos que reproduzem moldes mediáticos no que se refere a crianças

meses, encontrou-se contudo uma *moda*, com mais de metade dos jornais a ter entre 16 e 23 dias com notícias e a publicar cerca de 20 a 30 peças, a sugerir o reconhecimento comum do tema como devendo ter presença regular nas notícias.

Testando uma comunidade interpretativa: que agentes, vozes e narrativas?

Nas 334 peças dos nossos jornais foram identificadas 379 referências relacionadas com riscos e 170 relacionadas com oportunidades da internet, a reforçar o enquadramento dominante da internet como território de risco como *saber de reconhecimento* partilhado. Poucos os jornais (*Postimees*, *Aftenposten*), ambos do norte europeu, deram algum lugar ao ângulo duplo de configuração da experiência, reportando na mesma peça as oportunidades e os riscos das tecnologias em linha.

Seguindo os moldes mediáticos atrás apontados, as histórias mais frequentes sobre crianças e internet colocam-nas nas posições de agressores ou de vítimas de conteúdos, com outros dois tipos de risco (riscos comerciais e associados a valores e ideologias negativas). Em média presente em cerca de metade das peças, a agressão foi claramente o tema destacado, seguido dos riscos sexuais, em cerca de um terço das peças. Nas oportunidades, lideram as possibilidades sociais das redes, seguidas das relacionadas com educação. Oportunidades ligadas a participação cívica e criatividade, particularmente ligadas a direitos de expressão pública, não chegam a atingir dois dígitos. Praticamente ignorados são os riscos transversais de adição (Quadro IV).

Quadro IV: Referências a riscos e oportunidades da internet (múltipla codificação)

Riscos e Oportunidades/Referências em 334 peças	Referências	%
Riscos relacionados com agressão	164	49,1
Riscos sexuais	97	29,0
Oportunidades para identificação e conexão social	64	19,2
Riscos relacionados com valores e ideologias negativas	57	17,1
Riscos comerciais	51	15,3
Oportunidades para aprendizagens e educação	45	13,5
Oportunidades para participação e envolvimento cívico	32	9,6
Oportunidades para criatividade	29	8,7
Riscos de adição	9	2,7

Uma análise por jornal (Quadro V) evidencia que, enquanto a atenção a condutas agressivas é transversal aos países e não se correlaciona com diferenças culturais no espaço europeu, o alerta para crimes e comportamentos desviantes sexuais parece estar mais mergulhado em acontecimentos e histórias nacio-

As histórias mais frequentes sobre crianças e internet colocam-nas nas posições de agressores ou de vítimas de conteúdos

nais. Os jornais da Bélgica e do Reino Unido, dois países com traumas colectivos no que se refere ao abuso sexual de crianças e onde as respectivas opiniões públicas se manifestaram de modo emocional e intenso, destacaram-se pela atenção aos perigos sexuais que a internet pode trazer ao bem-estar das crianças, colocando esse tópico à frente das condutas agressivas. Por sua vez, países do centro e norte europeu (Áustria, Alemanha, Estônia) colocaram os riscos sexuais claramente em posição secundária, estando mesmo ausentes na Eslovênia. Nas Oportunidades, destaca-se o jornal da Estônia, em particular com atenção à Educação (em quase metade das peças). Os jornais com menos peças são também os jornais que mais ignoram esta dimensão da internet.

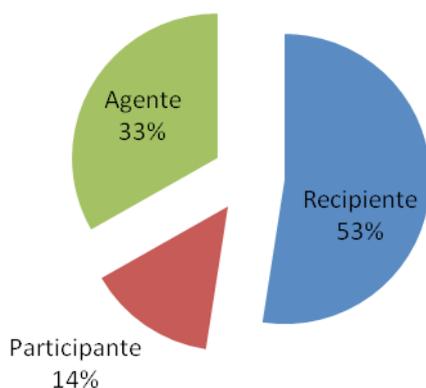
Quadro 5: Riscos e Oportunidades em % por jornal (Múltipla codificação)

	Com.	Agr.	Sex.	Viol.	Educ.	Part.	Criat.	Ident.
<i>El Pais</i>	4,0	65,0	30,0	6,0	0	4,0	10,0	6,0
<i>Postimees</i>	40,4	67,3	23,1	26,9	46,2	15,4	13,5	36,5
<i>Aftenposten</i>	8,1	37,8	18,9	8,1	10,8	5,4	0	35,1
<i>Standard</i>	10,7	28,6	14,3	21,4	14,3	14,3	10,7	14,3
<i>Corriere de la Sera</i>	3,3	40,0	26,7	10,0	20,0	6,7	10,0	26,7
<i>Dnevnik</i>	38,1	90,5	0	47,6	9,5	23,8	14,3	42,9
<i>Frankfurt Allgemeine Zeitung</i>	13,6	54,5	9,1	40,9	0	13,6	9,1	9,1
<i>Irish Times</i>	28,0	36,0	36,0	0,0	12,0	4,0	16,0	12,0
<i>De Standaard</i>	4,2	20,8	79,2	20,8	4,2	20,8	4,2	8,3
<i>Público</i>	0	47,4	42,1	21,1	5,3	0	5,3	0
<i>The Independent</i>	0	25,0	66,7	0	0	0	0	0
<i>Kathimerini</i>	9,1	54,5	27,3	0	0	0	0	9,1
<i>Jyllands Posten</i>	33,3	33,3	66,7	33,3	0	0	0	0

Quanto às posições em que as crianças são colocadas (receptores de conteúdos, participantes em contactos iniciados por outros e agentes ativos, com condutas de sua iniciativa), o Gráfico 1 mostra que nos riscos a criança continua a ser sobretudo considerada como *vítima* de conteúdos negativos disponíveis na internet, aparecendo essa posição em mais de metade das referências. Em segundo lugar, a sua agência negativa, a criança *agressora*, com instintos associativos, aparece em cerca de um terço das referências. A presença mais escassa da criança participante de trocas comunicativas iniciadas por outros parece, por seu lado, traduzir alguma dificuldade desta imprensa dirigida a elites em incluir uma das preocupações mais expressas por pais menos utilizadores da internet, a dos riscos de contactos com desconhecidos (Eurobarómetro, 2008), muito mais presente nas agendas dos jornais de perfil popular (Ponte e Cardoso, 2007).

Os jornais da Bélgica e do Reino Unido destacaram-se pela atenção aos perigos sexuais que a internet pode trazer ao bem-estar das crianças, colocando esse tópico à frente das condutas agressivas

Gráfico 1
Riscos e posição da criança



As notícias sobre agressão e riscos sexuais ilustram a ambiguidade na posição da criança. Nas peças sobre agressão, as crianças são representadas como associadas e delinquentes, embora o seu mau comportamento seja muitas vezes associado à disponibilidade de conteúdos agressivos na internet, reproduzindo assim a consideração sobre os efeitos diretos dos media e o *media panic* da imitação. Por sua vez, nas peças sobre riscos sexuais, os mais novos são quase sempre apresentados como vítimas, sobretudo por estarem expostos a conteúdos pornográficos e pela exploração de pornografia infantil: cerca de 80% das peças sobre riscos sexuais têm este foco.

Condutas agressivas e conteúdos sexuais são os riscos hegemônicos, com os restantes riscos pouco presentes. Enquanto os usos patológicos da internet, como a adição, são quase ignorados, apenas um em dez artigos trata de riscos associados com valores e ideologias negativas, ou riscos comerciais da internet.

De novo verificam-se variações nacionais (Quadro VI). Olhando jornais com uma cobertura mais frequente ou regular, vemos que riscos associados a valores e ideologias receberam mais atenção na imprensa alemã, estoniana e eslovena, e os riscos comerciais foram quase ignorados pela imprensa espanhola, portuguesa e italiana. A pesquisa realizada pela rede EU Kids Online ajuda a dar sentido a estas variações. Países como a Estônia e a Eslovênia experimentaram nos últimos anos uma rápida e extensa difusão da internet, com um crescimento explosivo do mercado para crianças. Se acompanham o ritmo acelerado da penetração da internet dos países nórdicos e da Europa Ocidental, não deixam de enfrentar difíceis questões dessa transição brusca, sobretudo relacionadas com a falta de conteúdos adequados (Bauwens *et al.*, no prelo), e a sua imprensa parece assim identificar questões relacionadas com conteúdos em linha e com a pressão de

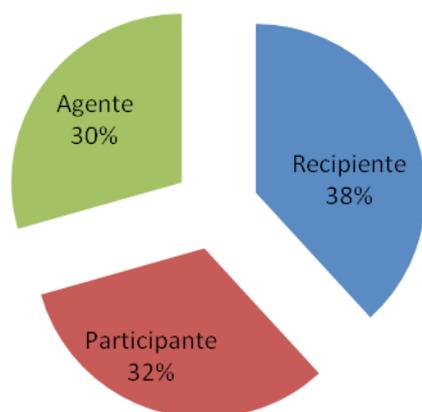
Nas peças sobre riscos sexuais, os mais novos são quase sempre apresentados como vítimas, sobretudo por estarem expostos a conteúdos pornográficos e pela exploração de pornografia infantil

indústria e comércio de conteúdos. Por outro lado, a menor taxa de penetração e de uso da internet em países da Europa do Sul poderá ajudar a explicar o motivo por que os jornais de referência desses países parecem subestimar os riscos que um mercado em expansão pode trazer em termos de direitos de consumo e de privacidade (Mascheroni *et al.*, no prelo).

As narrativas sobre valores negativos e riscos comerciais sublinham de novo a posição da criança como agente associal ou mesmo anti-social, com actos condenáveis na internet, posição que predomina sobre a de um receptor vulnerável a conteúdos prejudiciais. Assim, excepto no que se refere aos riscos sexuais, a representação condenatória das crianças é a mais forte na sua relação com a internet.

As referências a oportunidades apresentam uma imagem mais equilibrada das diferentes posições da criança (Gráfico 2). Contudo, em Identidade e Laços Sociais, que lidera, as crianças são sobretudo representadas como destinatários alvo de todo o tipo de serviços, produtos e aplicações para que beneficiem da internet. Enquanto nas peças sobre riscos, a seção de Crime é hegemônica e as fontes policiais e judiciais são as principais, aqui são as entidades governamentais, indústrias e outras instituições e organizações que têm um papel ativo intervindo enquanto promotores de eventos noticiáveis (lançamento de novos programas e produtos), nas páginas de Entretenimento, Família, Educação.

Gráfico 2
Oportunidades e posição das crianças



Esta rotina noticiosa pode ajudar a explicar a razão por que a educação aparece em segundo lugar nas *boas notícias*. Encontramos nestes artigos o enquadramento da relação da criança com a internet moldada pelo pensamento modernista sobre a infância: as futuras gerações precisam de ser bem preparadas para a sua

Encontramos nestes artigos o enquadramento da relação da criança com a internet moldada pelo pensamento modernista sobre a infância: as futuras gerações precisam de ser bem preparadas para a sua vida adulta

vida adulta. São jornais de países nórdicos com forte penetração da internet (Estônia, Noruega) os que mais dão corpo a estas notícias.

Vozes nas notícias

Quem ouvir e a que vozes dar destaque remete para *saberes de procedimento*. Como tem sido encontrado nas análises de imprensa que incluem jornais de referência e de perfil mais popular sobre cobertura jornalística de crianças (Marôpo, 2007), a linguagem dos primeiros distingue-se por menor recurso a expressões emotivas e populares, evita conotações e favorece uma informação que procura um efeito factual. Nos segundos, a voz do jornalista aparece mais como avaliador, e aumenta o sensacionalismo. Esta diferença, contudo, parece esbater-se quando se trata da relação das crianças com a internet.

O Quadro VI apresenta a distribuição das vozes encontradas nas peças. Se não admira que seja a voz da Justiça (polícia, tribunais) a mais ouvida, uma vez que a maior parte das peças se enquadra em matérias de desvio e crime, não deixa de surpreender, tendo em conta o perfil dos jornais analisados, que os segundos e terceiros lugares sejam ocupados respectivamente por jornalistas e crianças.

Quadro VI: Principais vozes nas 334 peças. Quem fala sobre o quê?

Área/Vozes	Presenças	Sobre Riscos	Sobre Oportunidades	Sobre Riscos e Oportunidades
Polícia/Tribunais	119	115	2	2
Jornalistas	75	56	10	9
Crianças (até aos 18 anos)	58	40	15	3
Governo, Políticos	37	24	10	3
ONG	32	21	7	4
Investigadores, académicos	31	20	7	4
Educação	29	16	8	5
Indústrias da internet	27	10	13	4
Instituições (não-comerciais)	20	12	7	1
Pais	14	10	3	1

As autoridades judiciais são a principal voz, sobretudo ligadas a situações de risco que configuram as práticas on-line em termos de crime e desvio. A ilustrar como os jornais de referência podem assumir a voz de autoridade no debate público sobre crianças e internet, jornalistas e editores aparecem em segundo lugar, como comentadores e falando também em nome dos pais, estes relativamente silenciosos. O peso das vozes dos jornalistas entra em contradição com a perspectiva (dominante) de uma apresentação neutral de fatos e atores e sugere como o envolvimento dos mais novos na rede alimenta um pânico moral.

O peso das vozes dos jornalistas entra em contradição com a perspectiva (dominante) de uma apresentação neutral de fatos e atores e sugere como o envolvimento dos mais novos na rede alimenta um pânico moral.

Também o terceiro lugar atingido por vozes dos mais novos não antecipa o reconhecimento dos seus direitos de comunicar. As crianças são quase sempre ouvidas em situações de agressão, muito mais apresentadas como agressoras ou como vítimas reais e potenciais do que como sujeitos competentes e capazes de usar a rede com proveito e em segurança. A elevada presença de vozes de crianças em histórias de risco decorre sobretudo de um evento numa escola finlandesa, que analisaremos: 40% das vozes de crianças estão associadas a este evento.

O papel destacado de vozes dos governos e das indústrias nas notícias sobre as oportunidades da internet demonstra como a agenda desta imprensa dá espaço às *boas notícias*, aqui sobretudo associadas a anúncios de políticas públicas ou inovações tecnológicas. As vozes da indústria são as únicas mais presentes em peças sobre Oportunidades do que sobre Riscos, o que não pode deixar de colocar notas críticas. Em primeiro lugar, mostra que a apresentação do tema crianças e internet de um prisma positivo também é frequentemente acompanhada por um enquadramento disciplinador, a justificar a continuidade da economia capitalista, a preparação das crianças para se tornarem seres com iniciativa e consumidores esclarecidos. Em segundo lugar, parece mostrar não só que as indústrias desempenham um papel pró-ativo enquanto promotores de notícias, mas também que as suas responsabilidades na salvaguarda da segurança das crianças quando usam a internet são pouco interpeladas pelo jornalismo.

É também de notar o baixo número de peças que incluem vozes que se pronunciam sobre Riscos e Oportunidades em conjunto. A escassez destas peças não deixa de ser outro sinal de práticas de procedimento de uma comunidade interpretativa que parece ficar prisioneira da escolha do ângulo da peça (a *boa* ou *má* história) e incapaz de dar a ver os dois lados da relação das crianças com a internet.

Uma chamada de atenção para as diferenças nacionais nas escolhas preferenciais de vozes. O *El País*, que lidera, não inclui vozes de crianças. No *Corrière della Sera*, as vozes dos jornalistas ultrapassam as da Justiça. Por seu lado, o *Aftenposten* coloca nos primeiros lugares crianças e investigadores, e isto acontece num dos poucos países europeus onde os Direitos da Criança estão consignados na própria Constituição (James & James, 2008). Estas variações nacionais nas considerações públicas pelos direitos de comunicação das crianças e a sua participação na vida social parecem assim marcar diferenças na “comunidade interpretativa” dos jornalistas no que se refere aos seus *saberes de reconhecimento* e de *procedimento*.

A apresentação do tema crianças e internet de um prisma positivo também é frequentemente acompanhada por um enquadramento disciplinador

Ativação de uma comunidade interpretativa

Os *saberes de reconhecimento* foram visíveis na cobertura de dois eventos ocorridos fora destes países no período em análise: apelo internacional da Interpol para identificação de pedófilo; actos de violência em escola finlandesa. Vejamos a partir dos títulos (traduzidos para inglês por cada equipe nacional e aqui retraduzidos) como também se organizaram os saberes de procedimento e de narração, e os enquadramentos interpretativos.

Apelo internacional da Interpol: Uma em cada quatro referências sobre riscos sexuais associou-se ao apelo da Interpol, a 8 de outubro de 2007, para que fosse identificado e localizado um pedófilo cujo rosto dissimulado a polícia internacional tinha conseguido desvendar.

Apenas três jornais ignoraram esta história: *Frankfurt Allgemeine Zeitung*, *Corrière della Sera* e *Dvenik*. Todos os outros deram conta do apelo, alguns acompanharam o desenrolar da operação como um folhetim (*El Pais*, *Postimees*), e a localização e detenção do pedófilo voltou a trazer o tema para as páginas.

A comparação dos títulos evidencia o saber de narração partilhado pelos jornalistas. Na maioria, os títulos do apelo da Interpol usaram linguagem expressiva, a interpelar diretamente o leitor. O enquadramento interpretativo dominante foi o da “caça ao homem” lançada pela polícia internacional, mobilizando toda a comunidade internacional.

Standard: “Interpol ‘desmascara’ abusador de crianças” (9 de outubro); “Pedófilo apanhado na Tailândia” (20 de outubro);

De Standaard: “Interpol desvenda identidade de pedófilo procurado via Internet” (16 de outubro);

Jylland Posten: “Pedófilo canadiano preso na Tailândia” (19 de outubro);

El Pais: “Interpol lança a primeira busca mundial de pedófilo” (8 de outubro); “Apelo mundial para caçar pedófilo” (9 de outubro); “Interpol identifica pedófilo cujas imagens foram mostradas na Internet” (15 de outubro); “Interpol identifica pedófilo procurado: Christopher Paul Neil, canadiano” (16 de outubro); “O pedófilo mais procurado tentou entrar em escola religiosa” (17 de outubro); “Polícia captura na Tailândia o pedófilo mais procurado do mundo” (20 de outubro);

Postimees: “Interpol corre mundo para encontrar temível pedófilo” (8 de outubro); “Pedófilo procurado pode ser sueco” (9 de outubro); “Pedófilo procurado por todo o mundo pode ser um professor canadiano” (16 de outubro); “Pedófilo canadiano identifica e pede exílio na Tailândia” (22 de outubro);

Kathimeri: “Interpol procura sodomita” (17 de outubro);

Irish Times: “Interpol apela a caça a pedófilo” (9 de outubro); “Polícia identifica pedófilo da Internet” (16 de outubro);

A comparação dos títulos evidencia o saber de narração partilhado pelos jornalistas. Na maioria, os títulos do apelo da Interpol usaram linguagem expressiva, a interpelar diretamente o leitor

AfternPosten: “Preso na Tailândia” (19 de outubro);

Público: “O ciclone de pixels que deu rosto a um pedófilo” (17 de outubro); “Pedófilo ‘Vico’ preso na Tailândia, 11 dias depois do apelo” (20 de outubro);

The Independent: “Interpol apela a encontrar prolífero abusador de crianças” (9 de outubro); “Pedófilo da Net é professor de inglês” (16 de outubro); “Pedófilo ‘desmascarado’ capturado na Tailândia” (20 de outubro);

Os títulos revelam partilha de saberes de narração e de interpretação, e pressupõem leitores acompanhantes da história. Quase todos introduzem expressões populares, adjectivam e recorrem a aspas, dramatizam ao acentuar a dimensão global da procura enquanto reforçam a proximidade geográfica e cultural quando possível. Evidenciam autoridade e vão ao encontro de um enquadramento dominante sobre abusadores sexuais de crianças como pedófilos, exteriores à família. Confirmam assim a identificação do pedófilo como a “mais universal figura diabólica”, a que convoca as mais uniformes percepções e considerações sobre o que fazer, entre todas as figuras que alimentam pânicos morais (Crichter, 2003: 127).

Estudante dispara em escola finlandesa: O segundo acontecimento internacional largamente noticiado foi o tiroteio de um estudante de 17 anos, que matou e feriu colegas e um professor, a 7 de novembro de 2007, e a que se seguiriam anúncios de atos de imitação em escolas da Noruega e da Alemanha. Tendo sido publicadas 70 peças, muito mais do que no caso anterior, estaremos assim perante a figura da monstruosidade mais consensual, na pessoa do atirador.

Exceto o jornal dinamarquês que enquadrou este evento como “violência na escola”, todos os jornais enquadraram-no e narraram-no como uma história sobre crianças e internet e onde esta e o Youtube foram associadas à esfera do desvio. Em evidência também um saber de reconhecimento comum, assente em interpretações partilhadas, “durativas”, neste caso a interpretação de que os media têm uma influência nefasta. Como vimos, as condutas agressivas dos mais novos são muitas vezes associadas à disponibilidade de conteúdos agressivos na internet, reproduzindo assim a consideração sobre os efeitos diretos (negativos) dos media e o *media panic* da imitação. Esta ligação causal manifesta-se de modo claro no caso finlandês. A evidenciar a “comunidade interpretativa internacional” nas suas práticas de narração, vemos pelos títulos como a narração de um evento não diretamente reportado se legitima por referências culturais de um “passado presente”, de associação de comportamentos desviantes à influência negativa dos média. Esse enquadramento chega mesmo a metade dos títulos do dia 8 de novembro, em jornais de norte a sul da Europa:

Vemos pelos títulos como a narração de um evento não diretamente reportado se legitima por referências culturais de um “passado presente”, de associação de comportamentos desviantes à influência negativa dos média

Standard: “Estudante finlandês faz massacre em escola. Pelo menos sete vítimas morreram – matança sangrenta anunciada na internet”

De Standaard: “Planos do atirador finlandês na internet?”

Corrière Della Sera: “Estudante finlandês faz massacre na sua escola. Disparou e fez 8 mortos. Tinha anunciado o acto no YouTube”

The Independent: “Atirador mata oito em escola finlandesa depois de ameaça no YouTube”

Postimees: “Anúncio de tiroteio em escola chegou ao YouTube”

Kathimerini: “Anunciou massacre no YouTube”

Se, como o anterior, faz parte dos “pânicos morais” recorrentes relativos a crianças e internet, este caso proporcionou aos jornalistas terem uma voz ativa enquanto comentadores da “esfera do desvio” (Hallin, 1986), e apresentarem-se como intérpretes desta conduta brutal, o que não aconteceu no caso anterior. Quase todos os jornais recorreram ao dispositivo de enquadramento noticioso atirador/internet, e quase todos vincaram essa associação ao usarem a imagem do atirador de pistola na mão e olhar frontal retirada do Youtube e ao citarem as suas palavras (“Eu sou a lei, o juiz e o executor”, título do *Público*, 8 de novembro).

Na sequência deste acontecimento e das imitações, os jornais enveredaram por *dispositivos de racionalização* (análise causal, análise de consequências, petições de princípio) em textos de comentário, vários de jornalistas e colunistas. A análise causal ora usou a singularização, recorrendo a especialista (“Psicanalista: o atirador da escola pode ter tido perturbações narcísicas de personalidade” - *Postimees*), ora a alargou a uma geração (“Vítimas da net”, editorial no mesmo jornal; “Que se passa com estudantes normais?” - *Frankfurt Allgemeine Zeitung*). Outros títulos foram mais longe, com associações históricas e generalizações: “Geração Columbine, a rede usada para matar”, “Mártir e inimigos em linha”, “Dos Estados Unidos à Finlândia, imitando Al Qaeda” (*Corrière della Sera*). Raras análises causais assinalaram o contexto legal da posse de armas: “Qualquer um com 15 anos pode usar pistola” (*De Standaard*). Menos frequentes foram também análises de consequências: “Precisamos de serviços que ajudem jovens agressivos” (*Irish Times*); “Mobilizando responsabilidades” (*Aftenposten*). Não faltaram petições de princípio: “Importante trabalho – proibir” (*Postimees*).

No cômputo geral dos dois eventos mais noticiados, a figura do jovem atirador teve maior protagonismo e despertou mais inquietação do que a do pedófilo identificado e detido pela Interpol. Uma conduta extrema de agressividade protagonizada por um jovem foi associada à internet, enquanto a mesma

A figura do jovem atirador teve maior protagonismo e despertou mais inquietação do que a do pedófilo identificado e detido pela Interpol

internet foi louvada por ter sido o canal de disseminação que permitiu a captura do abusador. Suplantando “demônios antigos”, no topo das “figuras diabólicas” parecem estar os mais novos, com condutas agressivas, a inquietar e a alimentar receios de quem se sente exterior aos seus mundos. On-line e off-line.

Conclusão

Se a análise confirmou a existência de uma forte cultura jornalística comum, transnacional, na identificação das “grandes histórias” e evidenciou os seus “saberes profissionais” ativados no tratamento de acontecimentos, não deixou contudo de revelar como a cultura jornalística está ancorada em territórios nacionais. Acontecimentos traumáticos de ordem sexual parecem constituir o principal molde mediático nos países que os viveram. Escassa atenção a riscos comerciais aparece em países com menor penetração da rede. Timidamente, manifestações dos direitos comunicacionais das crianças têm uma maior presença no jornal norueguês, país onde a legislação nacional foi mais longe nessa matéria. É como se, perante um acontecimento com elevada noticiabilidade *de fora*, os jornalistas activassem rapidamente os mesmos enquadramentos e narrativas, enquanto na atenção à agenda diária parecem pesar mais as vozes, dinâmicas e culturas nacionais.

Os jornais considerados de referência e mais identificados com um jornalismo de rigor e distanciamento face a emoções, evidenciaram na sua cobertura do tema traços de proximidade com um jornalismo mais popular. Os próprios jornalistas apareceram em lugar de destaque, entre as principais vozes da ordem, da interpretação e da *dramatização*. Esta tendência, que não pode ser desligada das características dos sistemas mediáticos contemporâneos e das influências das lógicas audiovisuais na imprensa escrita, sugere uma certa dificuldade (partilhada) em ler o fenómeno da relação dos mais novos com as redes on-line que não seja fora de enquadramentos de crise, de medo, de pânico até. Agendamentos e enquadramentos do tema pelo lado dos direitos de comunicação e de expressão dos mais novos continuam também praticamente ausentes desta comunidade interpretativa.

Apesar de certos padrões se evidenciarem (na frequência regular de peças, na relação entre tipos de risco e penetração da internet no país, na prioridade a condutas agressivas), há que evitar generalizações. Não só estamos perante um *corpus* relativamente pequeno como encontramos diferenças em países culturalmente próximos (outro jornal escandinavo surpreendeu pela escassez de peças). Para além das linhas editoriais, as

perante um acontecimento com elevada noticiabilidade *de fora*, os jornalistas activassem rapidamente os mesmos enquadramentos e narrativas, enquanto na atenção à agenda diária parecem pesar mais as vozes, dinâmicas e culturas nacionais

dinâmicas sociais, a mobilização das fontes ou o *media moment* em cada país não são coincidentes e fazem com que um recorte de dois meses seja (ainda) um período temporal curto para dar conta das ondas que embalam (em duplo sentido) estes acontecimentos.

Por fim, sublinhamos os benefícios decorrentes de um projeto de pesquisa que congrega investigadores de vários países e que tornou possível fazer uma análise desta dimensão. Não só a recolha e análise deste caudal informativo se realizou segundo protocolos comuns, como também o próprio processo de análise comparada suscitou novas questões e procura de respostas nos contextos nacionais. Fez assim crescer a sua densidade, ao ir mais longe e olhar cada país naquilo que tem de diferente e de semelhante aos outros.

Referências

- BAUWENS, J., Lobe, B., Segers, K. & Tsaliki, L. (no prelo). *Looking for trouble: similarities and differences in the factors that shape online risk experiences for children in Europe*. *Journal of Children and Media*.
- CRITCHER, C. *Moral Panics and the Media*. Buckingham: Open University, 2003.
- DROTNER, K. Dangerous Media? Panic Discourses and Dilemmas of Modernity. *Pedagogica Historica*, 35(3), 593-619, 1999.
- ERICSON, R. V., BARANEK, P. M., & CHAN, J. B. L. *Negotiating Control: A Study of News Sources*. Toronto: University of Toronto Press. Milton Keynes: Open University Press, 1989.
- FLASH Eurobarometer 248 (Dezembro de 2008)
- HALLIN, D. (1986). *The Uncensored War: Media and Vietnam*. New York: Oxford.
- HALLIN, D., & MANCINI, P. (2004). *Comparing media systems: Three models of media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HASEBRINK, U., LIVINGSTONE, S., HADDON, L., KIRWILL, L., & PONTE, C. Comparing Children's Online Activities and Risks across Europe. A Preliminary Report Comparing Findings for Poland, Portugal and UK. London: London School of Education, Project EU Kids Online. 2007.
- JAMES, A., & JAMES, A. L. (eds.). *European Childhoods: Cultures, Politics and Childhoods in Europe*. London: Palgrave, 2008.
- KITZINGER, J. Media Templates. *Media, Culture and Society*, 22(61-84), 2000.
- MAROPO, L. (no prelo). Fontes de informação e direitos da infância na cobertura jornalística portuguesa. In C. PONTE (ed.), *Crianças e Jovens em Notícia*. Actas do Seminário Infância, Jornalismo e Democracia. Lisboa: Livros Horizonte.
- MASCHERONI, G., PONTE, C., GARMENDIA, M., GARITAONANDIA, C., & MARRU, M. F. (no prelo). Comparing online risks for children in

South Western European Countries: Italy, Portugal and Spain. *International Journal of Media and Cultural Politics*.

MURDOCK, G. Reservoirs of dogma: an archaeology of popular anxieties. In M. BARKER & J. PETLEY (eds.), *Ill Effects*. The media/violence debate (pp. 150-169). London: Routledge, 1997.

PONTE, C., & CARDOSO, D. Notícias desalinhasdas de crianças em linha. Como a imprensa configura riscos e oportunidades da Internet. *Comunicação e Sociedade*, 13, 119-133, 2008.

TRAQUINA, N. Uma comunidade interpretativa transnacional: A tribo jornalística. *Media & Jornalismo*, Nº. 1, pp. 44-64, 2002.

ZELIZER, B. Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. *Comunicação & Linguagens*, 27, 33-61, 1993.

Recebido em 2 de março de 2009

Aprovado em 2 de maio de 2009